

MULTA

JUSTIÇA FIXA EM 2% LIMITE

MÁXIMO PARA COBRANÇA DE

ATRASO NA CONTA TELEFÔNICA

3

# CIDADES

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, terça-feira, 1 de outubro de 1996

IPTU

CÂMARA LEGISLATIVA ANISTIA

DÍVIDAS PASSADAS DE QUEM

AMPLIOU A SUA CASA

4

*Criada sobre um depósito de lixo, a Estrutural é dominada por grupo que não admite contestação de outros moradores*

# TERRA SEM LEI

Anamaria Rossi e Cristine Gentil  
Da equipe do Correio

A invasão da Estrutural é uma cidade à margem da lei. Nascida de uma pequena vila de catadores de lixo, ela ganhou, nos últimos anos, ares de um cenário de faroeste. Sem o luxo dos saloons, mas com uma invejável organização interna, que dá aos moradores a certeza de serem os únicos e legítimos donos daquelas terras. Imbuídos dessa certeza até o fundo da alma, alguns estão dispostos a tudo para não sair dali. Até mesmo a transformar em realidade o banguê-banguê que a composição sugere.

As raízes dessa cidade estão fincadas em toda parte. Seus sinais surgem como obeliscos entre a nuvem de poeira que teima em não baixar. Estão nos terreiros, dentro das casas, pelas ruas. São fabriquetas de fundo de quintal, salões de beleza, mercados, madeiras, oficinas, lojas e uma infinidade de pequenos comércios. Enquanto o Governo do Distrito Federal estuda alternativas para remover os invasores, os bares se multiplicam na proporção da população, já estimada em cerca de duas mil famílias, ou dez mil pessoas. Nas construções, a madeira vai cedendo lugar aos tijolos, os barracos ganham identidade com números de quadra, conjunto e lote, ruas e avenidas têm nomes. Igrejas para todos os credos multiplicam-se com maior velocidade que o número de fiéis. A feira aos domingos, o campo de futebol e o forró são alguns dos momentos de relaxamento da comunidade. Mas se engana quem pensa que ali vigora o direito constitucional de ir e vir. O dia-a-dia de marasmo e moscas esconde um verdadeiro barril de pólvora. Um poderoso sistema de comunicação boca-a-boca dá conta, a todos os moradores, de tudo o que foge à rotina. Para um forasteiro, não há como entrar ou sair dali sem ser vigiado.

LÍDER

“Ninguém pode sair ou entrar sem ordem da Marlene”, esclarece a moradora Maria Lúcia de Jesus, referin-

Paulo de Araújo



Lojas e indústrias de fundo de quintal proliferam na Estrutural, mas o governo promete acabar com a invasão em novembro, assentando as famílias em lotes legalizados no Recanto das Emas

do-se à líder dos invadores, Marlene Cavalcante Mendes, vice-presidente da Associação de Moradores da Estrutural (Asmoes). “A gente só responde alguma coisa com autorização dela”, completa. Outro morador, que teme ser identificado, confessa: “Tem muita gente que quer sair daqui, mas nem todos têm coragem de assumir. A gente quer solução, quer se ver livre dessas confusões”, diz, lembrando os últimos tumultos envolvendo moradores e funcionários do governo. “Tem uns que passam fome aqui dentro, enquanto outros estão numa boa. Quem passa fome está disposto a sair daqui”, garante. A cearense Francisca da Silva Gadelha, 34 anos, três filhos, não passa fome mas está disposta a trocar a instabilidade da Estrutural por um lote seguro, onde possa erguer sua casa. “Quando a gente morar num canto melhor, na cidade, quero costurar em casa pra ajudar na renda da família”, diz.

Francisca não frequenta as reuniões da Asmoes. Não gosta de confusão. “Não sou do lado deles, a gente aqui é da Shis”, afirma. Ela faz parte de um pequeno grupo de famílias que resiste ao avanço da associação pilotada por Marlene Mendes e prefere manter vínculos apenas com o Idhab (Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF), que substitui a antiga Shis (Sociedade de Habitação e Integração Social). A doméstica Rosa Francisca de Souza, 48 anos, dois filhos e cinco netos, também é do “grupo da Shis”. Ela confia mais no governo que na Asmoes. “Sei que o governo não vai deixar a gente na rua. Se todo mundo mudar para o Recanto das Emas, eu também vou”. NEGÓCIOS

A parte a minoria que se mantém longe do pulso-de-ferro de Marlene Mendes, centenas de invasores investem todas as suas esperanças e as

raras economias para transformar a Baixa Estrutural num fato irreversível. E estão conseguindo. Ao lado do Cássio Salão de Beleza Unissex e da oficina mecânica, ergue-se imponente um pequeno sobrado de madeira pintado de azul com uma rede estendida na varanda, uma cena de cidade do interior que contrasta com a imagem de faroeste. A engenhosa obra de arquitetura não é única. Existem dois sobrados na Estrutural. Num deles, cercado por um imenso muro de tijolos, uma placa anuncia a venda de *Quiboa Caseira*. A pequena fabricante, que se identificou apenas como Bela, produz em média 15 litros semanais, que vende de porta em porta, ou na feira, por R\$ 0,70 o litro. Madeira para construir sobrados e barracos é o que não falta. Dá para fazer até pesquisa de preços. São seis madeiras. A maior delas é a Madeireira Estrutural, construída na entrada da invasão, ao lado da casa de sua pro-

prietária, Marlene Mendes. O detalhe é que nem só de madeira vivem as madeiras: ali se encontra todo o material básico para construções de alvenaria, como tijolos, cimento e areia. Vários moradores não precisam sair da Estrutural para trabalhar. Há um mês, Jean Carlos Alves Pinheiro abriu seu próprio negócio. Na frente de seu barraco, montou a loja Estrutura Móveis. Vende camas de casal e colchões. “As vendas estão baixas, mas acho que vai melhorar”, acredita. O ambulante Pedro Figueiredo Batista faz sucos de fruta e percorre a vila com o seu carrinho. “Não sobra nada”, diz, satisfeito. Pedro divide o espaço com o pequeno Carlos Alberto da Silva Júnior, 10 anos, que ajuda os pais vendendo melancias na invasão. “Depois que meus pais ganharam casa aqui, mandaram me buscar lá em Imperatriz (MA)”, lembra. A pernambucana Fátima de Souza, 30 anos, está entre os pequenos industriais de fundo de quintal. Ela sus-

tenta os quatro filhos com a renda da Panificadora Talismã, onde fabrica pães doces, bolos, biscoitos e brioche valendo-se de um antigo forno industrial. “O problema aqui é só o governo. Se ele liberar, a vida vai melhorar pra gente”, comenta. A mesma esperança mantém o ex-desempregado Almir Pereira de Castro, 44 anos, três filhos. Na frente de seu barraco, construído em madeirite, ele montou um bar que dispõe de uma única mesa para os fregueses, raramente ocupada. A renda — R\$ 30 a R\$ 40 por final de semana — ainda é baixa para o investimento que fez em madeiras, cimento para o piso e telhas de amianto. “Gastei R\$ 1.700. Se eu tiver que mudar daqui, quem vai pagar o prejuízo?”, pergunta. O preço da resistência pode ser maior que o investimento, se alguns moradores resolverem levar ao pé da letra o que, por enquanto, é um grito de guerra que ecoa pelas ruas poeirentas: “Só saio daqui morto”.

## Expulsão será depois das eleições

O Governo do Distrito Federal (-GDF) sabe que só vai conseguir retirar os invasores da Estrutural na marra. E se prepara para fazer isso. Mas só depois das eleições de 3 de outubro. “Somos reféns do tempo político”, lamenta o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa. A estratégia do GDF para remover definitivamente as duas mil famílias para o Recanto das Emas está ancorada em três pontos básicos: manter o corte de água e a suspensão das negociações, criando um limite de tensão; neutralizar o poder da líder dos invasores, Marlene Mendes, e de seus fiéis escudeiros, colocando-os na cadeia; e legitimar qualquer ação de força que se faça necessária com a intermediação e o respaldo da sociedade civil. O governo considera que os invasores romperam todas as bases do acor-

do ao agredir funcionários do Idhab e destruir o escritório do instituto instalado na Estrutural na semana passada. O problema será tratado, agora, como uma questão de polícia, não mais como uma pendência habitacional. “Temos tentado resolver os problemas na base do diálogo, mas depa-ramos com uma gangue comandada pela senhora Marlene Mendes que, com atos de banditismo, fez os moradores de reféns”, diz o secretário. “Se fosse outro governo, já teria removido a invasão na marra. Um governo do PT também pode fazer isso, desde que esgotadas todas as possibilidades de diálogo”, avisa. Embora reconheça que o diálogo já foi rompido e a situação chegou ao limite de tensão, o governo está de mãos atadas. “Faltando poucos dias para as eleições, não vamos dar à gan-

que o pretexto que ela quer: um cadáver”, diz Swedenberger Barbosa. Depois, a conversa será outra. O governo pretende cercar-se de representantes da sociedade civil quando chegar a hora de colocar a polícia em ação. “Tomada a decisão de remover, é fundamental o acompanhamento da sociedade civil, que já foi chamada a analisar a situação e irá acompanhar a remoção. Se tivermos que tomar uma atitude de força, ela será respaldada”, comenta o secretário. Por sociedade civil entenda-se representantes de entidades como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e comissões de direitos humanos. ■ Leia mais sobre o conflito na Estrutural na página 4

ANÁLISE DA NOTÍCIA

## Realidade irreversível e perigosa

Mais que um problema habitacional ou uma questão de polícia, a invasão da Estrutural é, hoje, o cenário de um embate político entre governo e oposição que pode determinar os rumos da eleição de 1998. Do desfecho de um conflito que se anuncia violento e se torna mais próximo a cada dia depende o futuro do reinado petista na capital federal. Crises provocadas por CPI das Drogas, polícia secreta e trocas de secretários entram e saem das manchetes de jornais. Enquanto isso, a Estrutural cresce e se torna uma realidade irreversível. E perigosa. Para resolver definitivamente o

problema, o governo “democrático e popular” deve equacionar duas contradições. Primeira: do ponto de vista habitacional, Cristovam precisa recorrer ao que mais criticou em Roriz, a doação de lotes — neste caso, com o agravante de a doação estar à margem dos critérios usuais de assentamento. Segunda: o grau de tensão a que chegou o impasse requer que, a qualquer momento, um governo de esquerda tenha que recorrer à força policial, e até à violência, para restabelecer a ordem, em plena era dos direitos humanos. Ao adiar a solução, em janeiro

deste ano, quando removeu mais de mil famílias da Alta para a Baixa Estrutural, o governo perdeu as rédeas da situação. Os benefícios oferecidos para acalmar os ânimos dos invasores, enquanto preparava o terreno para o reassentamento no Recanto das Emas, deram mais fôlego para a resistência. Pressionado, de um lado, pelos 74% de brasilienses — segundo pesquisa Codeplan — que querem o fim da Estrutural, e de outro pelo barril de pólvora em que a invasão se converteu, o governo vai enfrentar nas próximas semanas um dos seus mais difíceis testes de resistência. (AR e CG)